

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo: 10855.002226/96-54

Acórdão : 201-75.365 Recurso : 108.000

Sessão : 19 de setembro de 2001 Recorrente : VIAÇÃO CALVIPE LTDA. Recorrida : DRJ em Campinas - SP

FINSOCIAL - EMPRESAS EXCLUSIVAMENTE PRESTADORAS DE SERVIÇOS - O Supremo Tribunal Federal, através de reiterados acórdãos, firmou jurisprudência no sentido de que são constitucionais as elevações das alíquotas de FINSOCIAL das empresas exclusivamente prestadoras de serviços (AGRRE 255.182/RJ e EREED 192.292/RS). Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: VIAÇÃO CALVIPE LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, a Conselheira Luiza Helena Galante de Moraes.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2001

Jorge Freire
Presidente

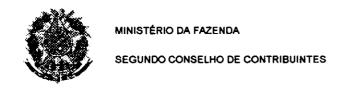
1 residente

Serafim Fernandes Corrêa

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros João Berjas (Suplente), Gilberto Cassuli, José Roberto Vieira, Rogério Gustavo Dreyer, Antonio Mário de Abreu Pinto e Sérgio Gomes Velloso.

Eaal/ovrs



Processo: 10855.002226/96-54

Acórdão : 201-75.365 Recurso : 108.000

Recorrente: VIAÇÃO CALVIPE LTDA.

RELATÓRIO

A contribuinte acima identificada, foi autuada por falta de recolhimento de FINSOCIAL, referente aos meses 11/91 a 03/92. Da leitura do processo verifica-se que a empresa questionou judicialmente a referida contribuição e efetuou depósitos. A fiscalização ao comparar os valores devidos com os depositados encontrou diferenças e a formalização da presente exigência diz respeito, apenas, às diferenças.

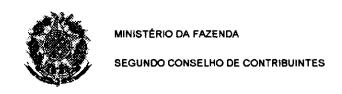
Em tempo hábil foi apresentada a impugnação questionando a constitucionalidade do aumento das alíquotas do FINSOCIAL.

A DRJ em Campinas - SP manteve o lançamento.

A contribuinte interpôs recurso a este Conselho.

Como não havia efetuado o depósito de 30% foi o processo baixado em diligência para que fosse atendido tal requisito de admissibilidade, o que foi feito à fl. 63.

É o relatório



Processo

10855.002226/96-54

Acórdão

201-75.365

Recurso

108.000

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SERAFIM FERNANDES CORRÊA

O recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

A matéria em questão encontra-se pacificada, seja no âmbito deste Conselho como no do Supremo Tribunal Federal que considerou constitucionais os aumentos das alíquotas, em relação às empresas, exclusivamente, prestadoras de serviço.

No caso, enquadrando-se a empresa na condição de, exclusivamente, prestadora de serviços é de ser mantida a exigência de vez que o Supremo Tribunal Federal, através de reiterados acórdãos, firmou jurisprudência no sentido de que são constitucionais as elevações das alíquotas de FINSOCIAL das empresas exclusivamente prestadoras de serviços (AGRRE 255.182/RJ e EREED 192.292/RS).

Isto posto, nego provimento ao recurso.

É o meu voto.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 2001-

SERAFIM FERNANDES CORRÊA